

### 3. Mobilização social para gestão compartilhada

A concretização das obras e a aquisição de equipamentos e mobiliário é uma conquista importante para os entes federados parceiros do programa, como nas demais obras do PAC. Mas o desafio central inicia-se após a inauguração, na efetivação da gestão compartilhada e na mobilização contínua da comunidade para ocupação e uso pleno dos equipamentos, garantindo a sustentabilidade ao longo dos anos e das gestões municipais.

Como apontado no **item 1** do presente texto, o trabalho de mobilização social e constituição do Grupo Gestor é um legado do Programa Mais Cultura, que fortaleceu o princípio da participação social na gestão. Para efetivá-lo, foi inserida a etapa de mobilização social, que deve ser realizada pelos municípios durante as obras e apresenta-se como um processo difícil, mas essencial, pois busca garantir que a comunidade esteja envolvida com o equipamento desde a sua construção, dando as bases para a consolidação do modelo de gestão compartilhada.

**A mobilização social deve ter como princípios a valorização do saber e da cultura popular e o autorreconhecimento comunidade, seu território, sua diversidade e as relações sociais que determinam sua realidade. Mobilizar para tomada de consciência e não para imposição de valores, conforme nos ensinou Paulo Freire<sup>25</sup>.**

A complexidade da tarefa é grande, assim como são inúmeras as variáveis que a influenciam. Por isso, ao introduzir a participação social como uma das metas do Programa, a partir de ações de mobilização social com orçamento específico, buscou-se fortalecer o compromisso com a democratização da gestão, valorizando a construção coletiva na implementação da política pública como forma de efetivação da garantia de direitos e dos serviços oferecidos nos equipamentos.

Os recursos da etapa de mobilização social devem ser destinados a oficinas e reuniões para constituição do Grupo Gestor, participação de lideranças em atividades de capacitação

---

<sup>25</sup> FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003.

promovidas pelo MinC, ações de intervenção artística no edifício ao final da obra e atividades para apresentação da comunidade aos diversos espaços das Praças<sup>26</sup>.

A apropriação e o uso dos espaços pela comunidade, bem como a efetiva participação social na gestão junto ao poder público local e à sociedade civil organizada devem ser perseguidos pelas gestões municipais, **sendo papel do MinC a indução desses processos**, por meio de capacitação, mapeamento e ativação dos territórios, regulamentação dos processos e facilitação para formação das redes de gestores e comunidades das Praças.

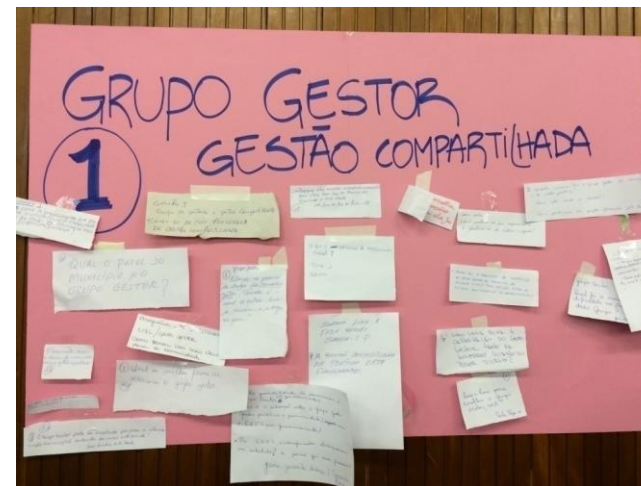
**A comunidade deve tornar-se protagonista na gestão do equipamento, deliberando sobre os investimentos prioritários, a programação, as atividades a serem realizadas, os serviços a serem oferecidos, os instrumentos mais eficazes de comunicação e divulgação, bem como sobre a solução de conflitos e o enfrentamento de problemas.**

Dessa forma, o trabalho de fortalecimento e apoio à mobilização social e à gestão compartilhada nos municípios integrantes do Programa é um grande desafio para o Ministério da Cultura, tanto pela escala do Programa, quanto pela necessidade de promover a articulação das políticas nacionais dos Ministérios parceiros e do próprio MinC - que devem se efetivar nos equipamentos e em seus territórios de vivência – respondendo às demandas das comunidades.

Nesse sentido, o MinC tem centrado esforços no estímulo aos municípios para que executem as ações de mobilização, alcançando alguns resultados fundamentais: a constituição do Grupo Gestor Tripartite, o planejamento da gestão (Sistema de Gestão), a institucionalização dos processos e espaços – com a constituição do Estatuto do Grupo Gestor e do Regimento Interno da Praça – e a democratização da gestão, por meio do mapeamento e ativação sociocultural dos territórios.

---

<sup>26</sup> Sobre a etapa de Mobilização Social, ver a “Cartilha de Orientações para Ações de Mobilização Social” (MinC, Brasília, 2014) e a Portaria MinC N° 95 de 17 de setembro de 2014.



Painel utilizado por grupo de trabalho na Teia Nacional da Teia Nacional da Diversidade. Natal, RN, 2014.



Painel produzido em oficina de intervenção artística integrante da etapa de mobilização social. Praça de Cambé, PR (PMC, 2014)

Tem-se trabalhado, ainda, com o fortalecimento das redes de gestores e comunidades, impulsionadas por encontros presenciais e comunicação virtual que possibilitam a troca de experiências de gestão.

### Sistema de Gestão

O Sistema de Gestão online reformulado em 2014 fica aberto permanentemente aos municípios, ao MinC e à sociedade, constituindo uma ferramenta de planejamento, monitoramento e avaliação da gestão e do funcionamento da Praça, gerando indicadores de qualidade e resultados que deverão contribuir para o direcionamento de políticas e programas aos equipamentos pelo governo federal.

O Sistema é composto por um conjunto de abas, nas quais o gestor da Praça no município atualiza periodicamente as informações sobre gestão, programação e manutenção: Grupo Gestor, Mapeamento do Território de Vivência, Recursos Humanos contratados para o funcionamento de cada espaço, Parcerias, Programação sazonal e permanente, Orçamento (calculado para um ano de funcionamento), Público estimado e público participante das atividades, e condições de funcionamento dos equipamentos, do mobiliário e do acervo.

As informações contribuem para o planejamento, bem como para o monitoramento, a avaliação e a transparência da gestão pelo município e pelo MinC, fornecendo indicadores que devem contribuir para a melhoria contínua da gestão das Praças.

### Regimento Interno da Praça e Estatuto do Grupo Gestor

Quanto aos Modelos de Regimento Interno do equipamento e o Estatuto do Grupo Gestor, trazem elementos fundamentais para a indução da gestão compartilhada, da sustentabilidade das Praças e para a garantia da manutenção dos usos e da natureza dos espaços ao longo dos anos.

O Estatuto do Grupo Gestor prevê a gestão compartilhada de forma tripartite, definindo a composição de cada parte, os processos de eleição e as formas de atuação de tal grupo, bem como direitos e deveres dos seus membros.

#### **Leia também:**

##### **Apresentação**

1. **O legado do Programa Mais Cultura**
2. **O conceito do equipamento**
3. **Mobilização Social para gestão compartilhada**
4. **Mapeamento, ativação e desenvolvimento territorial**
5. **Infraestrutura urbana e política social**
6. **Desenho institucional e relações federativas no PAC 2**
7. **Gestão e sustentabilidade das Praças sob a perspectiva da consolidação dos Sistemas Nacionais**
8. **Desafios para a gestão das Praças**

O estatuto modelo prevê, ainda, que o Grupo Gestor, na parte que representa a Sociedade Civil Organizada, tenha obrigatoriamente a participação de ao menos 1 representante de Ponto ou Pontão de Cultura existente no município. Essa participação é fundamental para garantir que a produção cultural de base comunitária encontre campo de atuação (formação, criação e difusão) nos equipamentos, como espaço de preservação das culturas de cada território.

Já o Regimento Interno da Praça trata do equipamento em si, definindo a gestão, o funcionamento, transparência e divulgação, as atividades, a natureza e os usos de cada espaço, os horários de funcionamento e os direitos e deveres dos usuários.

### **Redes de Gestores e Comunidades**

O MinC vem realizando seminários e encontros visando capacitar gestores e comunidades para a gestão compartilhada, além de estimular a criação de uma rede para intercâmbio de experiências e debate sobre os desafios encontrados na gestão, uso e ocupação dos equipamentos.

Essa rede vem se fortalecendo, tendo sido realizados dois grandes encontros em 2014: o primeiro durante a [TEIA Nacional da Diversidade](#), em maio de 2014, quando foi realizado o I Fórum de Gestores e Comunidades; e o segundo em dezembro de 2014 na Funarte Brasília, quando foi realizado o Seminário Nacional de Capacitação para Gestores e Comunidades.

Na Teia 2014, cerca de 300 gestores de 125 Praças debateram, junto aos representantes dos Pontos de Cultura, formas de assegurar a efetiva ocupação e participação social na gestão dos equipamentos.

O [Seminário Nacional de 2014](#), em dois dias de encontro, reuniu cerca de 600 pessoas na sala Plínio Marcos, na Funarte, em Brasília, para discutir os principais desafios do programa e o fortalecimento da rede para troca de experiências. Gestores de 144 municípios, representantes dos 5 Ministérios envolvidos no programa e lideranças das comunidades das Praças tiveram oportunidade de intercâmbio e debate sobre todas as etapas do processo, das obras, à aquisição de equipamentos, da mobilização social à gestão compartilhada.



Gestores e comunidades na Teia Nacional da Diversidade em Natal, RN. (Foto: DINC, maio de 2014).



Gestores e comunidades no Seminário Nacional em Brasília. (Foto: DINC, dezembro de 2014).